



TSE UNIFICADO

*Analista Judiciário - Área: Apoio Especializado -
Especialidade: Enfermagem (Cargo 6)*

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	7
Domínio da ortografia oficial	18
Domínio dos mecanismos de coesão textual: Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual...	25
Emprego de tempos e modos verbais.....	29
Domínio da estrutura morfossintática do período: Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	33
Emprego das classes de palavras.....	38
Emprego dos sinais de pontuação	50
Concordância verbal e nominal	55
REGÊNCIA verbal e nominal.....	57
Emprego do sinal indicativo de crase.....	60
Colocação dos pronomes átonos	61
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	63
Significação das palavras.....	65
Questões	66
Gabarito.....	70

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Noções de organização administrativa: Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.....	1
Ato administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.....	7
Agentes públicos: Legislação pertinente; Disposições constitucionais aplicáveis; Disposições doutrinárias; Conceito; Espécies; Cargo, emprego e função pública	25
Poderes administrativos: Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder.....	105
Licitação: Princípios; Contratação direta: dispensa e inexigibilidade; Modalidades; Tipos; Procedimento.....	116
Controle da administração pública: Controle exercido pela administração pública; Controle judicial; Controle legislativo	209

SUMÁRIO



Responsabilidade civil do Estado: Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado	218
Questões	225
Gabarito	231

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Sistema Único de Saúde (SUS); Legislação básica do SUS	1
Princípios, diretrizes, estrutura e organização	22
Políticas de saúde	24
Estrutura e funcionamento das instituições e suas relações com os serviços de saúde	24
Níveis progressivos de assistência à saúde	25
Políticas públicas do SUS para gestão de recursos físicos, financeiros, materiais e humanos	26
Sistema de planejamento do SUS ; Planejamento estratégico e normativo	27
Direitos dos usuários do SUS	28
Participação e controle social	28
Ações e programas do SUS	29
Vigilância epidemiológica e vigilância em saúde	30
Programas de prevenção e controle de doenças transmissíveis prevalentes no cenário epidemiológico brasileiro	42
Doenças e agravos não transmissíveis	42
Programa Nacional de Imunizações	56
Modalidades assistenciais	57
Hospital-dia, assistência domiciliar, trabalho de grupo	58
Prática de enfermagem na comunidade	59
Cuidado de saúde familiar ; Estratégia da saúde da família	60
Teorias e processo de enfermagem	61
Taxonomias de diagnósticos de enfermagem	65
Assistência de enfermagem ao adulto portador de transtorno mental	65
Unidades de atenção à saúde mental	66
Ambulatório de saúde mental, centro de atenção psicossocial e hospital psiquiátrico ...	66
Instrumentos de intervenção de enfermagem em saúde mental	67
Relacionamento interpessoal, comunicação terapêutica, psicopatologias, psicofarmacologia	68
Assistência de enfermagem em gerontologia	70
Assistência de enfermagem ao paciente oncológico nas diferentes fases da doença e tratamentos	71
Quimioterapia, radioterapia e cirurgias	71
Procedimentos técnicos em enfermagem	73

SUMÁRIO



Assistência de enfermagem perioperatória	82
Assistência de enfermagem a pacientes com alterações da função cardiovascular e circulatória; Digestiva e gastrointestinal; Metabólica e endócrina; Renal e do trato urinário; Reprodutiva; Tegumentar; Neurológica; Músculo esquelético	84
Assistência de enfermagem aplicada à saúde sexual e reprodutiva da mulher com ênfase nas ações de baixa e média complexidade.....	90
Assistência de enfermagem à gestante, parturiente e puerpera.....	90
Assistência de enfermagem ao recém-nascido.....	92
Modelos de atenção ao recém-nascido que compõem o programa de humanização no pré-natal e nascimento.....	92
Assistência de enfermagem à mulher no climatério e menopausa e na prevenção e tratamento de ginecopatias	93
Assistência de enfermagem à criança sadia ; Crescimento, desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação	94
Cuidado nas doenças prevalentes na infância (diarreicas e respiratórias).....	95
Atendimento a pacientes em situações de urgência e emergência; Enfermagem em urgências	98
Estrutura organizacional do serviço de emergência hospitalar e pré-hospitalar	101
Suporte básico de vida em emergências	101
Emergências relacionadas a doenças do aparelho respiratório, do aparelho circulatório e psiquiátricas.....	103
Atendimento inicial ao politraumatizado	104
Atendimento na parada cardiorrespiratória	105
Assistência de enfermagem ao paciente crítico com distúrbios hidroeletrólíticos, acidobásicos, insuficiência respiratória e ventilação mecânica; Insuficiência renal e métodos dialíticos; Insuficiência hepática	107
Avaliação de consciência no paciente em coma.....	119
Doação, captação e transplante de órgãos.....	120
Violência, abuso de drogas, intoxicações, emergências ambientais	121
Gerenciamento de enfermagem em serviços de saúde.....	122
Gerenciamento de recursos humanos; Dimensionamento, recrutamento e seleção, educação continuada, avaliação de desempenho, liderança, supervisão, comunicação, relações de trabalho e processo grupal	123
Avaliação da qualidade nos processos de trabalho; Custos, auditoria, acreditação.....	129
Processo de trabalho de gerenciamento em enfermagem	129
Atuação da enfermagem em procedimentos e métodos diagnósticos.....	130
Agravos à saúde relacionados ao trabalho	132
Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde	133
Pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa em saúde e enfermagem	135
Central de material e esterilização; Processamento de produtos para saúde; Processos de esterilização de produtos para saúde; Controle de qualidade e validação dos processos de esterilização de produtos para saúde	139
Práticas de biossegurança aplicadas ao processo de cuidar	158

SUMÁRIO



Risco biológico e medidas de precauções básicas para a segurança individual e coletiva no serviço de assistência à saúde; Medidas de proteção cabíveis nas situações de risco potencial de exposição	159
Precaução padrão e precauções por forma de transmissão das doenças; Definição, indicações de uso e recursos materiais; Definição, indicações de uso e recursos materiais	159
Controle de infecção hospitalar	161
Código de ética dos profissionais de enfermagem.....	162
Legislação em enfermagem	172
Associações de classe e órgãos de fiscalização do exercício profissional	176
Questões	180
Gabarito.....	183

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



Administração direta e indireta

A princípio, infere-se que Administração Direta é correspondente aos órgãos que compõem a estrutura das pessoas federativas que executam a atividade administrativa de maneira centralizada. O vocábulo “Administração Direta” possui sentido abrangente vindo a compreender todos os órgãos e agentes dos entes federados, tanto os que fazem parte do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, que são os responsáveis por praticar a atividade administrativa de maneira centralizada.

Já a Administração Indireta, é equivalente às pessoas jurídicas criadas pelos entes federados, que possuem ligação com as Administrações Diretas, cujo fulcro é praticar a função administrativa de maneira descentralizada.

Tendo o Estado a convicção de que atividades podem ser exercidas de forma mais eficaz por entidade autônoma e com personalidade jurídica própria, o Estado transfere tais atribuições a particulares e, ainda pode criar outras pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado para esta finalidade. Optando pela segunda opção, as novas entidades passarão a compor a Administração Indireta do ente que as criou e, por possuírem como destino a execução especializado de certas atividades, são consideradas como sendo manifestação da descentralização por serviço, funcional ou técnica, de modo geral.

Desconcentração e Descentralização

Consiste a desconcentração administrativa na distribuição interna de competências, na esfera da mesma pessoa jurídica. Assim sendo, na desconcentração administrativa, o trabalho é distribuído entre os órgãos que integram a mesma instituição, fato que ocorre de forma diferente na descentralização administrativa, que impõe a distribuição de competência para outra pessoa, física ou jurídica.

Ocorre a desconcentração administrativa tanto na administração direta como na administração indireta de todos os entes federativos do Estado. Pode-se citar a título de exemplo de desconcentração administrativa no âmbito da Administração Direta da União, os vários ministérios e a Casa Civil da Presidência da República; em âmbito estadual, o Ministério Público e as secretarias estaduais, dentre outros; no âmbito municipal, as secretarias municipais e as câmaras municipais; na administração indireta federal, as várias agências do Banco do Brasil que são sociedade de economia mista, ou do INSS com localização em todos os Estados da Federação.

Ocorre que a desconcentração enseja a existência de vários órgãos, sejam eles órgãos da Administração Direta ou das pessoas jurídicas da Administração Indireta, e devido ao fato desses órgãos estarem dispostos de forma interna, segundo uma relação de subordinação de hierarquia, entende-se que a desconcentração administrativa está diretamente relacionada ao princípio da hierarquia.

Registra-se que na descentralização administrativa, ao invés de executar suas atividades administrativas por si mesmo, o Estado transfere a execução dessas atividades para particulares e, ainda a outras pessoas jurídicas, de direito público ou privado.

Explicita-se que, mesmo que o ente que se encontre distribuindo suas atribuições e detenha controle sobre as atividades ou serviços transferidos, não existe relação de hierarquia entre a pessoa que transfere e a que acolhe as atribuições.

Diferença entre Descentralização e Desconcentração: As duas figuras dizem respeito à forma de prestação do serviço público. Descentralização, entretanto, significa transferir a execução de um serviço público para terceiros que não se confundem com a Administração Direta, e a desconcentração significa transferir a execução de um serviço público de um órgão para o outro dentro da Administração Direta, permanecendo está no centro.



Conhecimentos Específicos

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro é mundialmente conhecido por ser um dos maiores, mais complexos e mais completos sistemas de saúde vigentes. Ele abrange procedimentos de baixa complexidade, como aqueles oferecidos pela Atenção Primária à Saúde (APS), e de alta complexidade, como por exemplo, transplante de órgãos. Dessa maneira, garante acesso universal e integral, de forma gratuita para a população. O SUS pode ser definido como o conjunto de ações e de serviços de saúde prestados pela federação, junto de seus estados e municípios.

Até meados dos anos 80, a concepção de saúde era dada pela “ausência de doença”, contudo, com o fim da Ditadura Militar e com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), ampliou-se o conceito de saúde pública no Brasil quando propôs a ideia de uma saúde preventiva, participação da população nas decisões envolvendo a saúde brasileira, descentralização dos serviços e mudanças embasadas no direito universal a saúde.

Com a publicação do relatório das decisões e pautas discutidas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento a oficializar a saúde no meio jurídico brasileiro, determinando, ainda que seja promovida de forma gratuita, universal e de qualidade, para que todos tenham acesso de maneira igualitária. Dessa forma, a saúde passa a ser um direito do cidadão brasileiro e de todo aquele que estiver em território nacional e um dever do Estado.

Fernando Collor de Mello foi responsável pela sanção das leis que promoviam a criação e a organização do SUS.

*OBSERVAÇÃO: Recomenda-se a leitura na íntegra da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, ambas da Constituição Federal

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 da Constituição Federal: Também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, traz em seu texto original: “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

Em referência a essa lei, os objetivos do SUS consistem em identificar fatores determinantes da saúde, formular políticas destinadas a promover nos âmbitos econômico e social, condições para pleno exercício da saúde e aplicar ações assistenciais de proteção, promoção e recuperação com enfoque em atividades preventivas.

Além disso, determina atribuições do SUS voltadas para a vigilância sanitária e epidemiológica, participação ativa em estratégias em saneamento básico e o desenvolvimento técnico-científico, com o intuito de ampliar as atribuições sob responsabilidade dos órgãos gestores do SUS, como o Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde.

Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990 da Constituição Federal: É o resultado da luta pela democratização dos serviços de saúde. Traz em seu texto original o objetivo: “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”.

A partir da criação dessa lei, foram criados também os Conselhos e as Conferências de Saúde, que são de extrema importância para o controle social do SUS. Os Conselhos de Saúde foram constituídos afim de fiscalizar, formular e promover ações deliberativas acerca das políticas de saúde.

Em seu texto, traz que a Conferência de Saúde é um espaço voltado para discussões sobre as políticas de saúde em todas as esferas governamentais, acontecendo de maneira ordinária a cada 4 anos em formato de fórum de discussão afim de avaliar e propor mudanças e novas políticas de saúde. Dentre as conferências nacionais, a mais importante que já aconteceu até os dias atuais foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, que ficou conhecida como o pontapé inicial para a inclusão da saúde no âmbito legislativo do país.

Por fim, determina que a representação dos usuários do SUS dentro desses conselhos e conferências deve ser paritária em relação aos demais seguimentos, em outras palavras, 50% dos representantes devem ser usuários do SUS.